

## Entrevista Jorge Costa

BE

Círculo Eleitoral: Lisboa

2ª legislatura (não consecutiva)

Parlamento, 31/01/2017

### **A. Relação entre deputados e eleitores (Constituency service)**

#### **Como é o contacto entre deputados e cidadãos? Quais são os instrumentos utilizados?**

O Correio eletrónico. Fora o contacto físico e em iniciativas públicas, os cidadãos podem contactar com os deputados do Bloco de Esquerda por correio eletrónico ou carta. O mais comum hoje em dia já é o correio eletrónico. E há uma linha telefónica para a qual as pessoas podem ligar, deixar a sua mensagem e também receber indicação sobre a forma mais correta de formular alguma questão.

#### **Quem inicia o contacto, é o deputado ou os cidadãos/grupos de cidadãos?**

O mais comum é naturalmente a dos cidadãos com os deputados, são centenas e centenas de contactos que nós recebemos, um deputado por muito que queira não pode competir com isso. Mas procuramos, quando surgem questões sociais ou políticas, as mais diversas situações na sociedade que merecem atenção, o Bloco de Esquerda, por vezes, contacta e pede encontros seja com organizações ou indivíduos que consideramos necessário ouvir para a nossa atividade.

#### **Em particular, quais são as funções principais destes contactos (exemplo: conhecer problemas locais, preparar iniciativas legislativas, etc.). E os resultados?**

São os mais diversos, por um lado muitas vezes contactamos com problemas que desconhecíamos, que merecem atenção e iniciativas. Isso pode suscitar perguntas ao governo, pode suscitar propostas legislativas, projetos de recomendação ao governo, ou até projetos de lei. Muitas vezes o contacto dos cidadãos é feito de forma massiva. Um determinado grupo que está mobilizado, por exemplo, contra prospeção de petróleo na costa portuguesa, faz uma campanha de contacto com os deputados na AR e recebemos centenas de e-mails, que muitas vezes são iguais até, para levantar essa questão. O que muito vezes fazemos nessa circunstância é responder, já não de forma individualizado, porque é um contacto coletivo, e temos uma resposta que é uma resposta política que apresenta a nossa posição.

#### **O contacto tem aumentado nos últimos anos?**

Não sinto que tenha aumentado muito. Mudou a forma, mas não a quantidade.

#### **É frequente apenas nas campanhas ou acontece de forma regular ao longo da legislatura?**

Há uma grande diferença porque uma campanha eleitoral tem uma grande componente mediática e de rua e no caso de uma legislatura existe um contacto não mediático direto entre as pessoas e os deputados. É muito diferente nessa medida. Mas, no fluxo normal dos contactos não se nota muito a campanha eleitoral porque as pessoas quando nos contactam escrevem por motivações específicas e não por estarem mobilizadas por uma determinada campanha eleitoral.

**Que papel têm as novas tecnologias no contacto com os eleitores, nomeadamente fora do período de campanha eleitoral?**

Os deputados vão mantendo presença nas redes sociais. Não creio que seja muito interessante manter um diálogo individualizado nas redes sociais. A verdade é que nas redes sociais, e sobretudo no Facebook mas também no Twitter, o tipo de diálogo que se pode estabelecer é muitas vezes superficial, sem grande vertente prática. São locais de polémica direta. Portanto a resposta direta tendemos a fazê-la de forma individualizada e não no quadro das redes sociais.

**B. Relações partidos-grupos de interesses**

**Considerando o seu grupo parlamentar e a sua experiência, quais são as associações ou grupos de interesses com que o grupo parlamentar mantém mais relações?**

O BE mantém contacto com todos os grupos de interesse que qualquer outro partido mantém. Não há diferença desse ponto de vista. Uma coisa é o BE ter mais vínculo, seja do ponto de vista ideológico, seja da representação dos interesses específicos dum sector social, do trabalho e não do capital. Mas isso não quer dizer que o BE não assuma a responsabilidade de ouvir toda a gente e todos os sectores. O BE recolhe a opinião, seja dos protagonistas individuais, seja dos protagonistas coletivamente organizados, e formula a sua política a partir daí, naturalmente com vínculo ao seu programa, à sua ideologia, à sua natureza.

**Não há associações com as quais mantenham maior contacto?**

Há. As do sector do trabalho, do ambiente, liberdades individuais, direitos das mulheres, várias lutas contra a discriminação, movimentos de solidariedade internacional, as lutas de determinados povos oprimidos que lutam pelo direito à autodeterminação e têm no BE um parceiro, as que lutam pelos direitos humanos, comissões de utentes, comissões de moradores.

**Que tipo de modalidades e instrumentos são utilizados para manter estas relações? Com que frequência?**

O contacto é feito presencialmente em reuniões, seja fora do parlamento, seja no parlamento.

**Qual a frequência destas reuniões? Há uma periodicidade?**

Não. São em função das necessidades do grupo parlamentar ou do pedido das instituições. E resultam não de uma regularidade de calendário, mas de uma necessidade de específica.

**Quais são os meios de contacto mais utilizados entre partidos e grupos?**

Todas as reuniões que fazemos são pedidas por escrito. Por carta ou por e-mail.

**Há convites para participações em reuniões do partido?**

Sim, convidamos organizações políticas e sociais de diversa índole para as sessões públicas dos nossos congressos e podemos convidar para um debate ou iniciativa organizações que consideramos que tenham um contributo relevante.

**A relação entre partido e sindicatos tem sofrido alterações depois da crise? Se sim, quais foram?**

O Bloco de Esquerda tem uma avaliação sobre a postura com que cada um dos sindicatos e cada uma da central sindical se posiciona no contexto da crise portuguesa e desse ponto de vista temos uma visão muito crítica do papel que a UGT desempenhou neste processo. E, portanto, identificamo-nos mais com a postura negocial e de luta que a CGTP foi mantendo.

#### **Essa diferença surgiu com a crise?**

Com a crise acentuou-se. Nos últimos anos, a classe trabalhadora sofreu o maior retrocesso dos últimos 40 anos, nos seus direitos, nos seus rendimentos, no seu lugar na relação de forças sociais. E a UGT teve um papel nocivo desse ponto de visto.

### **C. Atividade parlamentar**

#### **Como é definida a distribuição dos deputados pelas comissões parlamentares? Quais são os critérios? Os deputados escolhem as comissões da sua preferência?**

É feito em função da experiência política e da preferência pessoal e das necessidades globais da representação do Bloco. O Bloco tem que estar representado em todas as comissões, esse é um critério; o segundo critério é adjudicar, a cada comissão, os deputados que pela sua formação e percurso político estão mais habilitados e preparados para a intervenção naquela comissão e em terceiro lugar a preferência individual.

#### **Dos instrumentos disponíveis (perguntas ao Governo, projetos de lei, debates quinzenais...) qual o mais eficaz e o mais utilizado para influenciar a agenda política/mediática?**

Isso varia segundo as circunstâncias políticas. No presente quadro verifica-se uma grande variedade de situações. A pergunta pode ser muito útil para levantar um debate público e para colocar uma situação com grande urgência e que necessita de esclarecimento. O projeto de resolução permite levantar um debate político sem fechar a solução legal a que se pretende chegar. Em determinadas situações isso é importante porque permite abrir um debate integrado e participado. E nesta fase estamos numa situação política em que o debate político é importante e em que a importância do parlamento é real. Portanto haver a indicação da necessidade de determinado passo que pode ser recomendado ao governo através de um projeto de resolução isso também pode acabar por ser a abertura de um processo político de negociação entre partidos, para que se possa mais adiante chegar, ou por iniciativa legislativa do governo ou por iniciativa dos partidos, a soluções legislativas.

#### **E do ponto de vista mediático, há formas mais eficazes de influenciar a agenda?**

Não, isso não tem que ver com a forma da iniciativa. Tem a ver com a pertinência do conteúdo.

#### **Relativamente às perguntas ao Governo, até que ponto o conteúdo das perguntas é decidido pelo grupo parlamentar/partido ou pelo deputado a nível individual?**

Depende, os deputados têm relativa autonomia nesse terreno, muito embora em determinado tipo de perguntas eles próprios sentem a necessidade de questionar e articular com a direção do grupo parlamentar essas iniciativas.

#### **Como é feita essa discussão?**

Em diálogo entre a direção do grupo parlamentar. São três deputados, eu, a Mariana Mortágua e o Pedro Filipe Soares, que dividem entre si o acompanhamento de cada deputado nas

comissões. Esse membro da direção da bancada é o interlocutor válido para cada deputado que tenha uma questão a levantar, seja para as perguntas, seja para iniciativas legislativas.

**Qual é a lógica das perguntas assinadas por vários deputados? Quem é o responsável nestes casos? O primeiro signatário tem um papel específico?**

Sim, em geral o primeiro signatário é o autor da pergunta, temos como hábito também que assinem as perguntas os deputados da área geográfica a que se refere a questão que é colocada. Imagine, eu faço uma pergunta sobre um corte de abastecimento de energia no distrito de Setúbal, então as duas deputadas eleitas pelo distrito de Setúbal assinam a pergunta, muito embora não a tivessem elaborado.

**Os novos deputados têm maiores dificuldades em promover perguntas?**

Isto é como em tudo, quem tem menos experiência tem mais dificuldade, mas isso adquire-se e também há um trabalho coletivo e de apoio mútuo. É natural que o primeiro ano seja um ano de aprendizagem. É natural que esteja ainda em fase de adaptação e tenha uma produtividade mais modesta.

**Como se explica as diferenças no número de perguntas efetuadas (governo/oposição; partidos menores vs grandes...)**

É preciso despistar um fenómeno. Eu devo ser um recordista, porque fiz duas perguntas a todas as autarquias. Uma sobre a questão da tarifa social da água e outra sobre as questões da eficiência energética na rede pública da iluminação. Enviei 303 perguntas duas vezes e só isso permite-me chegar ao topo do ranking muito facilmente. Na verdade, não são duas perguntas, contam como 606. E são 606 respostas que depois é preciso processar. Temos feito com isso uma espécie de inquérito. Criámos uma pequena base de dados com as respostas, para poderem ser consultadas pelos munícipes. Não é um procedimento que se faça muitas vezes porque depois dá muito trabalho a processar a informação. É preciso cuidado para ver se a estatística não é distorcida por estes fenómenos.

**E o facto de estar num partido mais pequeno e de ser da oposição ou apoiar o governo que diferença faz em termos das perguntas?**

Fará certamente diferença, um grupo parlamentar que tem 19 deputados não apresenta o mesmo que um que tem 88. Ou será muito mau sinal se isso acontecer, no que respeita ao desempenho dos 88. Agora também não tem que ser à proporção. O nosso grupo parlamentar tem que responder ao mesmo conjunto de problemas a que qualquer outro grupo parlamentar responde e, portanto, é natural que haja aí um certo universo de questões que são comuns. Portanto, eu direi que sim, influencia o número de deputados. O grupo parlamentar do BE tem sempre tido, ao longo dos anos, um alto lugar no ranking quer em produção legislativa quer em perguntas ao governo. Serem poucos cria uma dificuldade, mas também cria um estímulo. Se calhar num grupo parlamentar em que há muita gente a capacidade de tomar uma iniciativa, de avançar com ela, dirigir um processo, tomar uma ação que tenha resultado, muitas vezes se calhar não é tão sentida nos deputados.

No grupo parlamentar do BE sentimos que, com 8 como já fomos, ou com 19 como somos agora, existe uma grande motivação para que, cada um na sua área ou conjugadamente, mantenhamos

sempre um alto grau de atenção, pressão e fiscalização do governo, que é a função dos deputados na AR.

### **E o facto de estar na oposição vs apoio governo?**

Estou muito em crer, de intuição, que temos mais perguntas agora do que fazíamos ao governo anterior. Por uma razão muito simples é que hoje a nossa função fiscalizadora é também uma forma de intervenção e pressão sobre aspetos particulares. Com o governo anterior a nossa expectativa sobre chegar a alguma solução era muito baixa e, portanto, perguntar podia ser em muitos casos supérfluo. E, portanto, mais depressa apresentaríamos um projeto de resolução condenando o governo por isto ou por aquilo ou um projeto de lei nos antípodas do que a maioria parlamentar seria capaz de aprovar porque não tínhamos qualquer expectativa de ter qualquer resultado prático da nossa intervenção que não fosse o esclarecimento público e a presença da nossa opinião no parlamento. Mas hoje a situação é outra e nós sentimos que a nossa função fiscalizadora não é só uma função de denúncia pública, é também uma função de pressão e de procura de resultados concretos. Portanto em todas as iniciativas que apresentamos tomamos isso em consideração.

### **Essa diferença agora aplica-se também aos projetos de lei?**

Por vezes apresentamos projetos de lei cientes que eles não vão ter vencimento. Não é por isso que deixamos de apresentar. Haveria uma paralisia na AR se um partido só pudesse avançar com aquilo que tem a certeza que é aprovado. Numa situação como a atual, em que nenhum partido dispõe de maioria absoluta, seria muito difícil qualquer partido só avançar com certezas.

A função de um partido no parlamento também é representar aqueles que escolheram um programa com que os deputados foram eleitos. E se o BE foi eleito com o seu programa, hoje tem que contribuir para o debate democrático com as ideias que defendeu e que obtiveram representação. Para chegar a soluções positivas, mas também na impossibilidade de chegar a soluções positivas, apresentar aquilo que achamos que seriam as soluções a adotar e fazer com que elas estejam presentes no debate público e parlamentar. Porque o debate não são os 40 minutos em que os intervenientes falam. É um processo que se abre nesses momentos, mas que é uma continuidade política e histórica em que o parlamento tem um lugar muito importante. Mesmo quando os partidos trazem iniciativas condenadas a ser não ser aprovadas, eles estão a cumprir a sua função, não estão a perder tempo, estão a construir um debate que vai além desse dia.

### **De onde vem os temas para as perguntas?**

Vêm do nosso conhecimento direto das questões, dos contributos que recebemos dos especialistas e ativistas do Bloco de Esquerda nas várias áreas que nos vêm abordando com sugestões e vêm também da cidadania e das organizações sociais.

### **Quem escreve a pergunta?**

E o deputado. Ou o assessor. Mas o grupo parlamentar do BE tem um número pequeno de assessores. Mas é um trabalho muito importante também. A assessoria tem uma importância grande num grupo parlamentar. Não só para ajudar o deputado no seu trabalho, mas também para facilitar a comunicação com os cidadãos.

### **A comunicação social é uma fonte?**

Sim, também.

**O programa eleitoral orienta o conteúdo das perguntas?**

Não, as perguntas têm a ver com o momento não tem a ver com o programa. Mais depressa o programa determina as iniciativas legislativas. As perguntas não [correspondem] à afirmação de uma posição política, é o questionamento de um determinado responsável.

**Em que medida notou que a ocorrência da crise económica em 2010 alterou a forma e temas das perguntas ao governo? Há um maior enfoque em assuntos diferentes dos assuntos pré-crise? Da parte de alguns partidos em especial? E o seu partido: manteve o enfoque no mesmo tipo de assunto?**

Não, são os temas normais que já eram questionados anteriormente e que nós mantemos.

**Quanto às perguntas colocadas durante os debates quinzenais com o Primeiro Ministro, há uma discussão interna no partido sobre o conteúdo das perguntas?**

Sim, há. Muitas vezes o grupo parlamentar, nas suas reuniões semanais, apresenta propostas e sugestões. A preparação mais anterior ao debate é feita com o contributo da direção do grupo parlamentar.

**Em que medida a atividade parlamentar de um deputado (nomeadamente o número de projetos de lei apresentadas e perguntas ao governo) influencia a elaboração das listas eleitorais pelos partidos?**

Esses critérios quantitativos não são muito expressivos. Porque tudo depende. Um deputado que tem a seu cargo a área do ensino superior tem necessariamente um raio temático que é mais restrito do que um deputado que tem o trabalho. Há deputados que têm universos políticos mais alargados que outros, portanto não é justo avaliar o desempenho em função disso.

Se nos basearmos em critérios quantitativos estritamente para avaliar acho que estamos a ir mal. O desempenho quantitativo de um grupo parlamentar é expressivo de uma realidade política, o desempenho individual de cada deputado.... É um critério muito limitado e muito pobre para avaliar politicamente um responsável.

**Quais são os critérios então?**

O Bloco tem uma grande rotatividade na presença parlamentar, portanto o desempenho parlamentar propriamente dito nem sequer tem sido um elemento muito central da elaboração das listas. Se olharmos para o BE a reeleição não é a regra. Muitas vezes são colocadas em lugares cimeiros da lista pessoas que nunca foram deputadas e, portanto, não são avaliadas em função disso, são avaliados pela sua experiência social, profissional, capacidade técnica, outros critérios que não são uma experiência parlamentar anterior.